

**GOVERNO SÓ TEM**  
**Cr\$ 1,3 trilhão para**  
**investir em 92**  
**28 AGO 1991**

O governo tem apenas Cr\$ 1,3 trilhão (a preços de abril) para investimentos no próximo ano — um valor que equivale a pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), insuficiente para as necessidades mínimas de crescimento do País. A revelação é do secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, encarregado de elaborar o Orçamento Geral da União para 1992.

Sem ter mais onde cortar despesas — o orçamento já está muito comprimido, comprometido com destinações constitucionais —, com o caixa em situação crítica, o governo só vê uma saída: a aprovação do “emendão”. Seria a maneira de contornar a pressão de Estados e municípios por mais recursos, de transferir encargos, de enxugar a máquina administrativa, de estabelecer um limite para os gastos do Legislativo e do Judiciário. E obter mais recursos, com a criação e cobrança de novos tributos.

Pedro Parente confirma que o problema de caixa já é visível este ano, com a previsão de déficit público de 2,5% do PIB, após o superávit do ano passado. Mas se agravará bastante em 1992, quando o governo terá recursos para livre movimentação de 15% a 20% do total das receitas. O restante está comprometido com as vinculações e destinações estabelecidas pela Constituição. O secretário explica que essa liberdade de movimentação é apenas teórica. Desses recursos, o governo tem que pagar pessoal, parte dos encargos da dívida e a contrapartida de empréstimos externos. Isso reduza a margem de recursos manobráveis a cerca de Cr\$ 1,3 trilhão (preços de abril), ou 5% das receitas totais.

Com a arrecadação prevista até agora, é impossível fechar o orçamento de 1992. Parente diz que o Departamento da Receita está fazendo um esforço muito grande para elevar em pelo menos 10% a arrecadação, o governo determinou um corte real de 20 a 25% em relação ao orçamento deste ano. As despesas com pessoal, que cresceram muito nos últimos anos, chegando a 6,4% do PIB em 1989, começaram a cair em 1990, primeiro ano do governo Collor, baixando para 5,7%. Este ano, devem cair de novo, ficando em 4%, um índice que Parente considera muito favorável.